

CICLO DE CINEMA

09 JUN 17:00



**DOMINGOS NA CASA DO CINEMA
MANOEL DE OLIVEIRA
E O CINEMA PORTUGUÊS 2**

DEUS PÁTRIA AUTORIDADE

SESSÃO 07

09 JUN, 17:00

DEUS PÁTRIA AUTORIDADE, 1976

Realização e produção: Rui Simões

Argumento: Rui Simões e Rui Paulo da Cruz

Direção de fotografia: Acácio de Almeida, Gérard Collet, José Reynes e Francisco Henriques

Montagem: Dominique Rolin

Direção de som: Luís Martins e Rui Simões

Interpretação: Rui Paulo da Cruz (narrador) e José Mário Branco (narrador).

Produção: Instituto Português de Cinema e RTP

Cópia: 35mm, preto e branco, a exhibir em formato DCP

Duração: 110 minutos

Estreia: Lisboa, 21 de fevereiro de 1976

País: Portugal



COM A APRESENTAÇÃO DE TIAGO VIEIRA DA SILVA

Tiago Vieira da Silva é doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, mestre em Comunicação, Arte e Cultura, também pela Universidade do Minho, e licenciado em Cinema e Audiovisual pela Escola Superior Artística do Porto. Docente no curso do Cinema e Audiovisual, na Escola Superior Artística do Porto, tem investigado sobre a relação entre o cinema, as identidades e a memória. É investigador do Museu Virtual da Lusofonia, atual Unidade Cultural da Universidade do Minho, Investigador no Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA/ESAP) e no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS/UMINHO).

DEUS PÁTRIA AUTORIDADE

A filmagem de *Deus Pátria Autoridade* juntou o entusiasmo que se investe numa primeira obra ao entusiasmo de filmar uma revolução. Exilado na Bélgica desde 1966, Rui Simões regressou a Portugal, acompanhado de colegas da escola de cinema que frequentara em Bruxelas, para filmar o que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. A equipa percorreu o país de norte a sul durante seis meses, tendo reunido 30 horas de imagens que constituem certamente um arquivo importantíssimo - e inédito - sobre o período do PREC. Sem muitos contactos no meio cinematográfico, Simões e a sua equipa contaram com o apoio de Acácio de Almeida, que lhes disponibilizou o seu trabalho

e material cinematográfico, e da RTP, que lhes abriu as portas do seu arquivo de imagens. As relações entre as três partes não correram pelo melhor e, em abril de 1975 a RTP recusou exibir o filme, que acabou por ser entregue ao IPC dois meses depois. A distribuição comercial só aconteceria no ano seguinte, numa pequena sala de Lisboa onde, apesar de ter permanecido em exibição durante várias semanas, o filme não conseguiu ir além de um público que, como escreveu um crítico da época, já sabia o que era “a mais-valia, o colonialismo, e a luta de classes”. Durante 1976, várias vezes na imprensa pediram a exibição televisiva de um filme tão importante “para perceber a Revolução” e a assembleia-geral de trabalhadores da Sorefame lançou mesmo um ultimato pedindo que o filme fosse exibido até à véspera das eleições de 25 de Abril de 1976, de modo a “facilitar a compreensão do processo democrático e revolucionário”. O resto do país teria acesso ao filme através de uma digressão,

a partir de 1976, por várias “coletividades populares, comissões de moradores e trabalhadores, escolas, centros de cultura e cineclubes”, com as projeções sempre seguidas de debates.

Ciente de que o seu filme só estava a chegar a públicos já familiarizados com aquela mensagem, Simões lamentou que a estreia comercial não tivesse chegado aos “cinemas de massas” de Lisboa como o Monumental e o Império, então entregues à descoberta dos filmes proibidos pela censura e, acima de tudo, ao cinema pornográfico. Numa cena do filme podemos ver um enorme telão de *Couraçado Potemkine* sendo içado para a fachada de um cinema, cena essa usada como sinal da liberdade trazida pelo 25 de Abril. Tendo em conta o “pântano celuloide-porno dos cinemas de Lisboa” (para usar a expressão de outro crítico), a cena tem o seu quê de enganador. Mas ao mesmo tempo, ajuda a perceber a relevância de um filme como *Deus Pátria Autoridade* no panorama da distribuição cinematográfica do PREC e no panorama político da época.

Afinal, o desprezo pelo cinema militante não é de agora e marcou a receção de boa parte do “cinema de Abril” na sua própria época. O cinema empenhado politicamente mereceu sempre a acusação de ser “simplista”, “didático”, de não passar de “propaganda” e, horror dos horrores, de ser “ideológico”. Neste contexto, até o elogio de Luís de Pina, que considerou *Deus Pátria Autoridade* o “primeiro filme dialético do cinema português”, adquiria um travo amargo. Mesmo no campo das análises estritamente fílmicas, este tipo de cinema - e o filme de Rui Simões não foi exceção - era então desconsiderado (e hoje continua

a sê-lo ainda mais) pelo seu afastamento, por um lado, do cinema direto, e por outro lado, pela recusa da ambiguidade que fizera, poucos anos antes, a modernidade do cinema novo português. Todas as acusações convergem numa só, que é a acusação de se manipular a técnica cinematográfica em favor de uma mensagem parcial.

Ao contrário de muitos realizadores do período, Simões defendeu teoricamente a sua opção cinematográfica (o “direito de manipular”) e criticou convincentemente o cinema direto e a sua pretensão de representar a realidade de maneira objetiva (ou pelo menos não mediada). Para Simões, “um filme revolucionário não é um filme que filma a revolução, mas um filme que analisa as desigualdades sociais, os seus conflitos, as suas vitórias e as suas derrotas, os seus problemas, as suas hesitações e as suas consequências.” Simplificando muito, a defesa da manipulação das imagens era indissociável do desejo de desmontar uma visão do mundo cuja força residia em fazer-se passar pela própria ordem natural das coisas; uma ideologia que não se apresentava como ideologia, mas sim como uma verdade, portanto. Essa ideologia, tão invisível quanto eficaz, era o capitalismo. Para analisar a razão de ser da sua tenacidade, Simões apoiou-se na teoria marxista do trabalho e da luta de classes para demonstrar como o capitalismo sobreviveu à queda de diversos regimes, desde a monarquia ao próprio Estado Novo. Nesse sentido, Simões interessou-se pela longa duração da história de Portugal, concentrando-se no Estado Novo mas indo muito para além dele, unindo num mesmo movimento o 5 de Outubro de 1910, o 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974. Como o texto em off explica, a queda da

monarquia ou do fascismo não significou o fim do capitalismo, representando antes etapas no seu desenvolvimento histórico. É por isso que *Deus Pátria Autoridade* tem um lugar de destaque entre os filmes mais interessantes do PREC: porque não insiste tanto no registo da revolução, mas sim nas razões pelas quais ela falhou.

A crítica e a análise eram elementos indispensáveis do trabalho político. No cinema, isso não seria possível sem um trabalho de manipulação intensiva da imagem cinematográfica – e do som, que tem uma importância decisiva neste filme (parte dele foi da responsabilidade do próprio Rui Simões), dele dependendo em muitos casos a produção de novos sentidos para as imagens: deixo apenas um exemplo, o das sequências de trabalho rural cujo som remete para o universo do trabalho fabril. Ao contrário do que as acusações de “simplismo” querem fazer crer, as imagens de arquivo usadas por Simões não estão lá apenas para ilustrar o texto dito em off (da autoria de Rui Paulo da Cruz). Simões tenta “fazer dançar as mesmas imagens de outra maneira”, objetivo alcançado através do humor. As imagens de Salazar, das chefias militares e das elites marcelistas são comentadas por efeitos sonoros ou por escolhas musicais que denunciam, pelo ridículo e pela caricatura, a distância que separa os indivíduos da situação de poder em que se encontravam. A caricatura tem momentos bem conseguidos (Marcelo cumprimentando os generais em Março de 1974 ao som do Yankee Doodle num longuíssimo plano fixo), mas trabalha por vezes contra a argumentação de fundo do filme: a humanização produzida pelo humor faz esquecer que o que está em causa são os atos e não as qualidades físicas, morais ou intelectuais de

quem apoiou o fascismo. Além disso, a insistência nas imagens da propaganda salazarista enquanto exemplos concentrados da ideologia do regime acaba por atribuir a essas imagens uma eficácia que, em rigor, elas nunca tiveram (neste sentido, *Deus Pátria Autoridade* corre o mesmo risco de todos os filmes que trabalharam sobre imagens de arquivo da ditadura depois dele).

Apesar da recusa deliberada das estratégias do cinema direto, o certo é que elas não estão inteiramente ausentes do filme de Rui Simões, quer em sequências da autoria da equipa, quer em imagens de arquivo da revolução. Seriam bons exemplos as sequências sobre a Applied Magnetics, sobre a libertação de presos políticos, o Largo do Carmo, ou a discussão sobre colonialismo no Rossio. Estas sequências funcionam em benefício da argumentação geral do filme e, em particular, da “necessidade” da sua organização interna como uma “lição” sobre a luta de classes - a estrutura didática justificava-se pela necessidade de desenvolver a (incipiente) consciência política dos portugueses. No entanto, as mesmas sequências também abrem brechas nessa estrutura e nessa função e permitem a irrupção de um presente complexo e contraditório, difícil de sujeitar a uma interpretação unívoca. Como o próprio Rui Simões admitiu, “de início, a euforia daqueles meses de Primavera e Verão não me deixavam ver nitidamente a realidade”. O recuo histórico do filme significou, assim, uma tentativa de compreender melhor o presente através do passado. “Recuo e clareza” foram as duas palavras de ordem usadas por Simões para orientar o seu trabalho de pesquisa nas imagens de arquivo e até à montagem final de *Deus Pátria*

Autoridade. O entendimento do presente em função do passado é operativo (a explicação marxista avançada por Simões era operativa em 1975 e continua a sê-lo hoje), mas não deixa de constituir uma “fuga” do presente. O que falta no filme de Simões é aquilo de que ele mais quis fugir, mas que é parte constitutiva de qualquer revolução: a euforia, a confusão e a festa, a incerteza e a indecisão acerca dos resultados de um processo que acabava de ser colocado em marcha.

Tiago Baptista
(Folhas da Cinemateca)

PRÓXIMAS SESSÕES

16 JUN | DOM | 17:00

FALAMOS DE RIO DE ONOR

António Campos | 1974 | 65'

30 JUN | DOM | 17:00

TRÁS-OS-MONTES

António Reis e Margarida Cordeiro | 1976 | 108'

www.serralves.pt

 /fundacao_serralves

 /fundacaoserralves

 /fundacaoserralves

 /serralves

Fundação de Serralves

Rua D. João de Castro, 210
4150-417 Porto – Portugal

serralves@serralves.pt

Linhas gerais:
(+351) 808 200 543
(+351) 226 156 500

Chamadas para a rede
fixa nacional.



Apoio institucional

